

O DESVENDAR DO PODER NO SEIO DOS PARTIDOS POLÍTICOS: LEGITIMIDADE E CONFIANÇA

José Nascimento

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo

Os partidos políticos são importantes formas de entendimento do poder institucional, estando alicerçados aos mesmos formas de legitimidade e confiança que os alteram e modificam. Neste *Working Paper* procurou-se demonstrar o que é a Democracia e onde se encontra o poder dentro das instituições, em forma de partidos e governos, fazendo alusão a conceitos como a Poliarquia e a Partitocracia, passando por explicar o peso do fenómeno da legitimidade e da confiança na atuação partidária e governamental. O peso deste fenómeno é importante na Ciência Política na tentativa de expressar as formas de poder existentes e como as mesmas atuam no seio dos partidos e da sociedade civil.

Palavras-Chave

Confiança; Democracia; Legitimidade; Partidos.

¹ Estudante de Licenciatura em Ciência Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-Universidade de Lisboa).

Introdução

Democracia e Partidos. Duas palavras-chave, que se compõem uma à outra, funcionando como órgãos de organização do Poder. Chegando-se como ponto de partida, e como tese deste artigo, ao funcionamento do Poder dentro dos mesmos e como os universos “complexos e diferenciados” (Braga, 2012, p. 83) influenciam a eficácia desse mesmo poder. A tentativa de entender as manobras históricas de Robert Michels e Max Weber são fulcrais para atingir o topo da evolução partidária do Séc. XX, estando aqui pressupostos contributos de Ostrogorski. A relação entre os militantes, a opinião e a escolha pública do poder, personificado por modos da democracia, e o desvendar da Poliarquia e Partitocracia são inerentes ao *modus operandi* mundial do funcionamento das instituições democráticas nacionais, intergovernamentais e supranacionais. A legitimidade e a confiança são também importantes pontos-chave e objetos de estudo, naquilo que vai ser o entendimento da relação entre as instituições políticas e cidadãos participativos na Política.

A Democracia

A Democracia pode ser entendida e segundo José Adelino Maltez (2018, p. 319) como um misto de concepções ideais ou idealizadas, como sendo possível ou não, como sendo parte de nós ou parte dos cidadãos nacionais ou como sendo parte da nossa liberdade individual ou coletiva.

Do sopé ao cume, a democracia é uma montanha de mudanças sociais, políticas e económicas que, no fundo, nasce de Platão e Aristóteles que, na *Polis*, fizeram uso intenso da Democracia, neste caso direta, onde os cidadãos homens decidiram o futuro do povo a que se comprometeram a proteger. Seguindo a linha de pensamento de Maltez (2018, p.320) a Democracia evolui partindo, como dito, da Democracia dos Povos onde tudo dependia do povo e a palavra era a lei. A fortuna, a elitização e o poder centralizado era uma antítese daquilo que a Democracia escrevia enquanto forma, dando asas a vários expedientes futuros da Democracia, onde esta foi ganhando ângulos daquilo que viria a ser a Democracia que conhecemos atualmente.

Da Poliarquia à Partitocracia

“O que a teoria neomaquiavélica e a experiência ingénuamente confirmam é que a administração das coisas não substitui o governo das pessoas” (Raymond Aron, Les Désillusions du Progrés²)

² Retirado do livro “Quem Governa?” de António Marques Bessa (1993, p.181)

Da concessão à prática adjacente, sofreu influências da religião, dos cétricos, e da concepção democrática que Jean-Jacques Rousseau manifestava, baseando-se na não-existência da Democracia e considerando que a mesma nunca iria existir. É de notar que desde a emancipação do conceito clássico de Democracia, que o atingir do cume da perfeição da Democracia plena tem sido um desafio presente nos Estados e Nações atuais, dando origem a um “ângulo” da Democracia, a Poliarquia, que Robert Dahl define como o ideal da Democracia, ou seja, a forma inalcançável que nenhum homem, governo, estado ou nação ainda conseguiu alcançar (Maltez, O que é a Democracia?, 2018, p. 322).

A “distribuição desequilibrada” (Bessa, 1993, p. 353) naquilo que é a Poliarquia e na noção existente da elite governante que fala, na classe dominante, dá a ideia de que as democracias atuais são transformadas em oligarquias. Estas oligarquias, que são dominadas pelas elites políticas que dão uso, por exemplo, ao direito de voto e à influência do mesmo na sociedade civil, por via da persuasão, tentando manter em primeiro lugar a manutenção do seu privilégio, por via da comunicação social e da corrupção, entre outras. A ligação direta entre o poder, a sua concentração e os partidos políticos, como forma de manutenção do voto útil³, onde a maioria da população, esta e segundo Bessa (1993, p.354) “ignorante, mas um ignorante racional”⁴, mostra a falta de empenho, a falta de noção em relação à importância do instrumento do voto, onde consideram o mesmo “supérfluo, isto é, que não afeta o resultado” (Bessa, 1993, p. 354). Aqui e como já supramencionado pode-se colocar a posição dos partidos políticos, que na sua função, são o reflexo de uma determinada população de um determinado Estado ou Nação, num parlamento⁵ ou de uma câmara dos representantes. Ou seja, a colocação de uma confiança legítima através do voto e de uma ou várias eleições, naquilo a que se vão chamar deputados de vários círculos eleitorais (Martins, 2015, pp. 116-117), ou até de estados federados, como é o caso do Estados Unidos da América.

Societates⁶

É colocada em causa, constantemente, a viabilidade e legitimidade dos partidos políticos, onde está assente o pressuposto de serem “como essenciais à democracia representativa” (Baracho, 1979, p. 130), ou seja, uma via importante de poder e de como afirma Baracho, (1979, p.130) uma característica dos Estados Modernos e por isso uma dinâmica intrínseca no que toca à sua estrutura jurídico-política. Aqui está também alicerçado

³ Tema central nos governos semipresidencialistas

⁴ Referindo se ao “votante”

⁵ No caso dos governos semipresidencialistas e parlamentares

⁶ Tradução livre pelo autor da palavra “Partidos”

aquilo a que chamamos de “Sociologia Política” que sofreu mutações advindas de Robert Michels e de Moisei Ostrogorski, que deram aos partidos muito mais do que as doutrinas que estavam apoiadas nos mesmos.

Começou-se a dar importância ao que viria a ser a estrutura partidária de um partido passar quase como um reflexo para estruturas sociais, sendo considerado um “aparelho”, onde, aquando dos estudos de Ostrogorski e de Michels entre 1920 e 1940 (Baracho, 1979, p. 130), começaram a surgir as primeiras militâncias e sentimentos de pertença a uma “ideologia, infraestrutura social, estrutura, organização, participação, estratégia” (Baracho, 1979, p. 131) que ia muito para além dos partidos enquanto um só. Este reflexo remete, novamente, para o conceito de partido e aquilo que o mesmo representa. Um partido pode ser concebido no seio de vários sistemas de governo e de partidos e mais importante ainda, nascer como um “elemento natural” (Baracho, 1979, p. 132) em qualquer tipo de regime. Se pensarmos num regime autoritário, caracterizado por uma figura própria, de poder único e com todas as suas desvirtudes, o partido continua a ser um ponto fundamental de conexão. Enquanto “organização política institucionalizada” (Baracho, 1979, p. 133) o partido é a base dos cargos políticos, da teoria do governo, do controlo da administração, dos princípios comuns, sendo assim uma base fundamental para as instituições democráticas, e mais uma vez, indissociáveis das mesmas. O partido conduz o governo (se for eleito) e tenta manter a ordem e a unidade da nação e efetivamente serve como intermediário da nação (1979, p.135).

Com base estável, o partido está na plenitude da execução, podendo perder a sua legitimidade se perder o carácter oligárquico que detém. Ou seja, para um partido ser eficazmente competente, uma força de controlo feita a partir dos dirigentes partidários tem de exercer força na estrutura organizada previamente (Braga, 2012, p. 84). A técnica da liderança coadjuvada com o processo das funções do partido, separando completamente aqueles que são os líderes e aqueles que pertencem às massas, fazendo aqui a correlação inicial da denominação dos eleitos sobre os eleitores, criando assim a organização oligárquica: o partido (Braga, 2012, p. 84). Para Michels (1982, pp. 237-238) tudo é explicado por via da psicologia social e pela sociologia, elucidando a conversão inexorável dos dirigentes partidários a membros das instituições oligárquicas. Por interesses ou convicções, todos os *oligárquicos*⁷ passam a dominar todo o conhecimento das instituições, como funcionam administrativamente e operacionalmente, fazendo uma abertura entre os técnicos nessa execução administrativa e os demais membros partidários (Braga, 2012, p. 84). Esta

⁷ Dirigentes partidários; membros de instituições oligárquicas

abertura faz perder o rumo da função inicial da organização, podendo e segundo Michels (1982, pp. 237-238) formar uma estrutura de proveito próprio, pondo em causa a legitimidade que demonstra essa mesma instituição.

Legítimas⁸

A Legitimidade, segundo Maltez (2018, p. 299) passa por processos de consentimento, obediência, lealdade e alienação, tudo características que são basilares no seio dos partidos. Concentrando a atenção na analogia entre a Legitimidade e Lealdade, e segundo o que tem vindo a ser explanado no decorrer desta análise, há uma certa visão criada pela sociedade civil daquilo que deve ser um partido político e consequentemente um líder político, cuja lealdade é central no cargo, bem como a sua manutenção, sendo por isso assim explicado que a associação entre a sociedade e os partidos é intrinsecamente forte e de causa-efeito, como evidencia Maltez (2018, p. 303) “A legitimidade está para o poder político, como a justiça para o direito”. Esta frase mostra a forte ligação entre força pública e a força partidária em forma de governo, havendo constantemente uma tentativa de balanço entre as partes. Pode-se referir também que, aquando da falta de confiança política ou até do sentimento de legitimidade entre a sociedade e um partido que governe, há um resultado perigoso no seio da Democracia – a abstenção. A título de exemplo, a tabela abaixo elucida a evolução da abstenção em Portugal, de 1975 até 2022.

⁸ Tradução livre pelo autor da palavra “Legitimidade”

.Figura 1 Eleitores na Eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção

**Eleitores nas eleições para a Assembleia da República:
total, votantes e abstenção**

Quantas pessoas podem votar, votam e se abstêm nas eleições legislativas?

Indivíduo

Anos	Eleitores		
	Total	Votantes	Abstenção
1975	6.220.784	5.693.905	526.879
1976	6.583.311	5.485.593	1.097.718
1979	6.898.589	6.007.004	891.585
1980	7.108.987	6.028.601	1.080.386
1983	7.344.032	5.713.873	1.630.159
1985	7.812.770	5.801.790	2.010.980
1987	7.928.687	5.672.824	2.255.863
1991	8.509.911	5.735.434	2.774.477
1995	8.911.733	5.900.277	3.011.456
1999	8.857.173	5.406.946	3.450.227
2002	8.879.561	5.473.631	3.405.930
2005	8.934.140	5.750.354	3.183.786
2009	9.514.322	5.683.967	3.830.355
2011	9.624.133	5.588.594	4.035.539
2015	9.682.553	5.408.805	4.273.748
2019	10.810.674	5.251.064	5.559.610
2022	10.820.337	5.563.497	5.256.840

Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção
Fontes de Dados: SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) | Escrutínio Provisório (votantes)
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2022-03-25

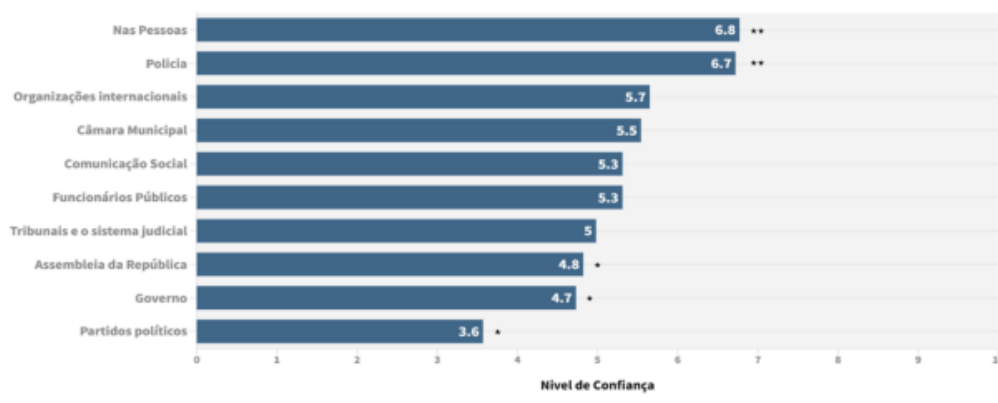
Fonte: (PorData, 2022)

A abstenção é frequentemente associada à baixa qualidade da democracia e dos seus meios de atuação, demonstrando a satisfação ou insatisfação dos governados em relação aos governantes. Veja-se que, em 1980, Portugal continha cerca de sete milhões e cem mil cidadãos, onde se abstiveram cerca de um milhão e oitenta mil (Fig. 1). Nesse ano, uma pequena percentagem da população não votou, o que pode significar um crescer na desconfiança da população em relação ao governo. A tendência para a abstenção manteve-se entre o primeiro momento de eleições em 1975 até 1985, constando-se o crescimento repentino da população⁹ e por

⁹ Quase dois milhões de pessoas em 10 anos

sua via o crescimento da abstenção em número, mas não em percentagem em relação ao total. A partir de 1985, o crescimento populacional começou a estabilizar, como algumas quebras pouco significativas, mas verifica-se que o número real de pessoas que se abstiveram não parava de crescer. Com isto entende-se um aumento do descontentamento geral dos governados em relação ao poder político e, conseqüentemente, partidário. O crescimento das grandes cidades e do êxodo rural, triunfante do pós-25 de abril, tornou os governados mais conscientes das mutações políticas e de todo o jogo de somas envolvente entre os partidos e o poder. Conseguem-se constatar que aquando da maior envolvência dos cidadãos na política, estes conferem legitimidade no espaço de execução da mesma. Ou seja, quando existe maior confiança dos cidadãos na área de atuação político-partidária, a atuação do governo e conseqüentemente do partido é mais eficaz.

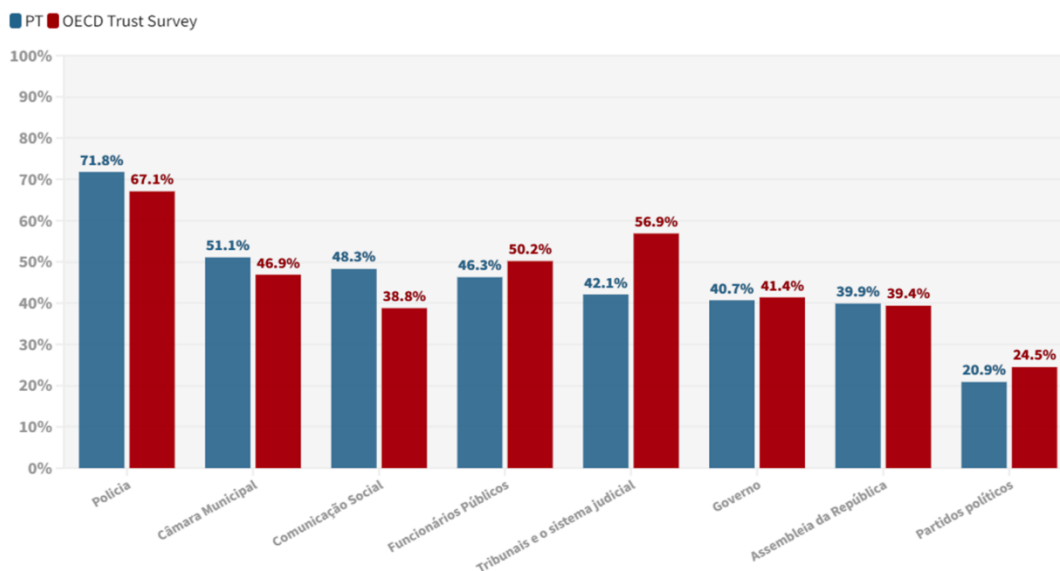
Figura 2 Nível médio de confiança nas pessoas e nas instituições



Fonte: (PLANAPP, 2022)

Em Portugal e segundo um estudo da OECD Trust Survey (PLANAPP, 2022), o nível de confiança (Fig.2) da população portuguesa em relação aos “Partidos Políticos” é o mais baixo entre categorias como a “Assembleia da República” e a “Comunicação Social”, que se encontram com percentagens mais elevadas. Verifica-se também que nos últimos lugares, para além dos “Partidos Políticos” encontra-se também a variável “Governo”, que comprova o que tem vindo a ser explanado em relação à analogia entre Legitimidade e Partidos Políticos.

Figura 3 Confiança em diferentes instituições – comparação entre Portugal e o conjunto dos países do OECD Trust Survey



Fonte: (PLANAPP, 2022)

É demonstrado na figura acima (Fig.3) uma comparação entre Portugal (a azul) e os demais países do estudo da OECD Trust Survey, que em relação aos partidos políticos mostram estar acima da média de Portugal. Apesar da diferença constar nos 3,6%, a mesma percentagem dá um sinal de pouca confiança, tal como demonstrava a figura 2 (Fig.2). A importância de alicerçar a confiança num estudo de comparação do poder e dos partidos é deveras significativo na compreensão da Ciência Política e a confiança política “é também um fenómeno suficientemente relevante para ser por si só o objecto de estudo” (Belchior, 2016, p. 8). Por conter tal relevância, a confiança está interligada à legitimidade, conferindo um importante vetor de decisão e de escolha quando a problemática se centra nos partidos políticos. Em conjunto a figura 1 (Fig.1) e as figuras 2 (Fig. 2) e 3 (Fig. 3), demonstram claramente que a confiança está interligada à abstenção. Vejamos que em 2022 (Fig.1) a abstenção esteve nos 50% e que no mesmo ano (PLANAPP, 2022) a confiança das pessoas no vetor “Partidos Políticos” esteve nos níveis mais baixos de sempre (Fig. 2 e 3). Isto comprova, mais uma vez, que os governados e os governantes se influenciam entre si, por meio dos sentimentos e do espelhar dos mesmos.

Conclusão

Da Democracia passando por uma breve noção dos partidos políticos e acabando em conceitos operacionais, retiram-se várias conclusões do

estudo realizado. Belchior (2016, p. 9) lança “um alerta sobre a emergência de novas atitudes e comportamentos políticos” de cidadãos de sociedades do pós-guerra, remetendo para uma nova visão sobre a democracia, acompanhada da evolução da massificação da informação e da educação. Várias são as situações de quebra da participação política dos cidadãos e dos demais autores que possam interferir na mesma, acreditando-se que episódios que marcam a vida política e socioeconômica afetam e abrem um retrocesso ao que conhecemos como atividade cívica. Sentimentos de confiança e desconfiança marcam a atuação dos governantes anexados aos partidos políticos e ao Estado central, que atua conforme a conduta dos governados e consoante o sucesso da mesma na Democracia, acabando por se verificar uma interrelação dos costumes da sociedade e das práticas políticas de forma muito profunda (Belchior, 2016, p. 10). A sociedade civil esteve e permanecerá associada ao partido político que a governa e coordena na tentativa de alcançar a prática democrática perfeita, para assim atingir o bem-estar social e econômico e, conseqüentemente, a confiança nas instituições políticas. O Poder está também aqui alicerçado na “capacidade de agir” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1983, p. 933) que o homem detém, sendo o mesmo subdividido em poder social, comparando-o ao poder da “capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1983, p. 933), e diferenciando o poder sobre o homem e sobre as “coisas inanimadas”. Ou seja, todo o poder que seja emanado do cidadão comum é diferente daquele poder do governo sobre as “coisas inanimadas”, mostrando a capacidade de persuasão e manipulação dos governados para com os governantes (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1983, pp. 933-936).

Bibliografia

- Baracho, J. A. (1979). Teoria Geral dos Partidos Políticos. *R. Inf. Legisl. Brasília*, 127-166.
- Belchior, A. M. (2016). O que significa (des)confiança? E (des)confiança nas instituições políticas? Qual a sua importância. Em A. M. Belchior, *Confiança nas Instituições Políticas* (pp. 8-10). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bessa, A. M. (1993). Poliarquia e Partitocracia. Em A. M. Bessa, *Quem Governa? - Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite* (pp. 353-363). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1983). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Braga, M. d. (novembro de 2012). Democracia e Organização nos Partidos Políticos: Revisitando os Microfundamentos de Michels. *Sociologia Política*, 20(44), 83-95.
- Maltez, J. A. (2018). O que é a Democracia? Em J. A. Maltez, *Manual de Ciência Política - Teoria Geral da República* (pp. 319-332). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .
- Maltez, J. A. (2018). O que é a Legitimidade? Em J. A. Maltez, *Manual de Ciência Política - Teoria Geral da República* (pp. 299-304). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Martins, M. M. (2015). Estruturas de Representação Política: Parlamentos e Partidos. Em M. M. Martins, *Representação Política - Eleições e Sistemas Eleitorais - Uma Introdução* (pp. 97-126). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Michels, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB.
- PLANAPP. (2022). *Building Trust to Reinforce Democracy: Main Findings from the OECD Survey on the Drivers of Trust in Public Institutions - Briefing Portugal*. PLANAPP.
- PorData. (25 de março de 2022). *Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção*. Obtido de PorData - Estatísticas sobre Portugal e Europa: Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

NASCIMENTO, José. «O Desvendar Do Poder No Seio Dos Partidos Políticos: Legitimidade e Confiança» #120, Observatório Político, publicado em julho/2023, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.